

Semana Nacional

R. Eanes na hora do voto: unidade na diversidade

"DURANTE cerca de cinquenta anos o povo português habituou-se a ver à frente dos órgãos autárquicos elementos que representavam o Poder Central e não a vontade local das populações; desta vez, no entanto, a maneira diferente e distinta em que se realizaram as eleições locais em 1976, não constitui apenas a prática do direito e não o exercício dum dever, tal como acontece na maioria dos países democráticos, trata-se dum passo de luta em defesa dum princípio democrático, em defesa dum modo de vida democrática que se pretende, efectivamente, viver", afirmou o Presidente da República aos órgãos da Comunicação Social que o aguardavam junto à sua secção de voto, no passado domingo.

O general Ramalho Eanes mostrou-se convicto que os resultados seriam "suficientemente esclarecedores" e também convenceu-se de que "as populações vão passar a viver de maneira indelével a democracia ao nível dos próprios locais em que vivem, fazendo com que se sejam os seus representantes imediatos (...) a gerir convenientemente os seus problemas, a defender, de maneira intransigente, os seus interesses".

O PR, referindo-se ao ambiente em que decorreram as eleições, salientou que se "tem havido uma aprendizagem e que os portugueses hoje se olham dum modo diferente, sabendo que é na diversidade das opiniões que eles têm de encontrar a verdadeira unidade da Nação, a sua verdadeira unidade".

«Não é com bombas que se constrói a democracia»

NA VÉSPERA do acto eleitoral o ministro Costa Braz fez uma alocução frente às câmaras da TV apelando à vigilância popular contra o terrorismo, garantindo, na altura, que as autoridades estão dispostas a agir "com toda a firmeza sem contudo se cair nos procedimentos totalitários para que quaisquer actividades perturbadoras da tranquilidade pública nos pareçam querer empurrar".

O ministro da Administração Interna referiu-se à actividade terrorista nos dias que antecederam as eleições "desta feita — disse — apontada a serviços públicos que se revestem de importância essencial para a população de Lisboa e arredores". Na opinião de Costa Braz "os intuitos dos autores desses atentados são claros: provocar a insegurança e o alarme generalizados e, ainda, causar o descrédito das instituições democráticas".

"Não é com bombas que se constrói a democracia", afirmou o responsável pelo MAI, que, acrescentou, terem as polícias judiciárias, civil e militar, bem como as forças de segurança e as Forças Armadas, recebido instruções concretas para intensificar a sua acção preventiva e repressiva.

Quartel-General da RMN confirma prisão de bombistas

O QUARTEL-GENERAL da Região do Norte confirmou através dum comunicado a prisão de dois indivíduos autores de um atentado bombista do passado dia 9 próximo de Amarante, com o propósito de "assustar os simpatizantes do PSD/PPD que iam realizar um comício na localidade" de Gouveias. O texto da RMN confirmava igualmente que os detidos eram afincos à FEPU tendo sido entregues ao juiz de instrução criminal da comarca.

Semanário «O País» alvo de atentado

AS INSTALAÇÕES do semanário "O País", em Lisboa, foram parcialmente destruídas por uma explosão na passada terça-feira, cerca das 21 horas. O atentado terá sido praticado por dois desconhecidos, um homem e uma mulher, que, depois de se introduzirem no edifício, sob a ameaça dum revólver, manietaram um funcionário da publicidade, a única pessoa presente na altura no jornal.

Sensivelmente à mesma hora do deflagrar do engenho os serviços da Radiodifusão Portuguesa, recebiam um comunicado assinado por um "Grupo Autónomo" reivindicando a autoria do atentado. O texto onde se pretendia justificar a acção contra "O País" dirigido por Vera Lagoa e José Vacondeus, classificava aquele semanário como um "órgão de (des) informação, vinculado ao sector mais reaccionário da classe dominante", o qual, afirmava-se "vem sido juntamente com "A Rua", "A Liberdade", "O Retornado" e "Jornal Novo", e muitos outros, um dos mais poderosos meios utilizados para caluniar as lutas de todos os que violentam pela opressão que caracteriza o actual sistema se manifestam contra ele".

Vera Lagoa, que compareceu pouco depois da explosão nas instalações atingidas, sublinhou o facto de anteriormente, um outro jornal por si dirigido, "Diabo", também ter sido alvo de um atentado bombista e disse que "O País" não cessaria a sua publicação.

Mário Soares no Brasil em «tempo de reconciliação»

À PARTIDA para o Brasil, Mário Soares declarou aos jornalistas ter chegado "a hora de concretizar relações de solidariedade entre os dois povos em factos concretos de natureza cultural, linguística, política, económica e comercial", desmentindo, noutro passo, que estivessem previstos contactos com os emigrantes pós-25 de Abril para aquele país. Sobre o mesmo tema Soares acentuou que iria contactar apertadamente com a colónia portuguesa, sem discriminações ideológicas.

O primeiro ministro disse ainda estar interessado em contribuir para o regresso de muitos técnicos que abandonaram Portugal por "razões fúteis", pondo, no entanto, a condição que esses técnicos "não tenham cometido actos de rebelião contra a Revolução do 25 de Abril" "E chegou o tempo da reconciliação e de encontrar as grandes linhas que conduzam à grandeza do nosso País e isso só se pode fazer com o esforço unitário dos portugueses", afirmou ainda Mário Soares.

Mais tarde um telefonema anónimo para o aeroporto de Lisboa anunciou que haveria uma bomba a bordo do avião em que viajava o Primeiro-Ministro e a sua comitiva levou o comandante do aparelho a aterrar em Las Palmas, nas canárias.

At a tripulação da TAP, por o pessoal daquele aeroporto, se recusar a fazê-la, procedeu a uma busca à bagagem, nada tendo encontrado.

Galvão Figueiredo de visita ao Continente

"SE HÁ ALGUNS problemas entre o Governo Central e o Governo Regional, eles não são certamente de grande gravidade — são problemas próprios de sociedades que estão em evolução e têm a sua solução no momento próprio" disse o general Galvão de Figueiredo ao chegar a Lisboa, na passada terça-feira. A visita do Ministro da República dos Açores ao Continente teve como objectivo principal a prestação de contas ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro do modo como decorreram, naquele arquipélago, as eleições para as autarquias locais.

Portugal e a NATO

O DESEQUILÍBRIO existente entre os orçamentos militares dos países da NATO e os do Pacto de Varsóvia foi um dos aspectos mais salientados pelo Almirante Souto Cruz no seu regresso de Bruxelas, onde tomou parte, como referimos a semana passada, na reunião do Comité Militar da Aliança Atlântica. O chefe do Estado-Maior da Armada afirmou, nomeadamente, que "para uma Europa que luta com grandes dificuldades económicas, é inquietante verificar que a URSS e os países do Pacto de Varsóvia estão dispendendo cerca de 11 a 13 por cento do seu PNB no aumento crescente e na melhoria dos seus armamentos".

Referindo-se aos países europeus da Aliança, Souto Cruz disse que eles dedicam uma média de 3 a 4 por cento do PNB aos seus orçamentos militares, atendendo no entanto que a actual anulação do desequilíbrio exige "um esforço da parte de todos" para gastar maiores verbas com armamento". Souto Cruz, no entanto disse que Portugal não se encontra abrangido por esse esforço "uma vez que temos de fazer face a uma grave crise económica".

Regressado igualmente de Bruxelas, onde participou na reunião dos Ministros da Defesa da NATO, Firmino Miguel referindo-se à entrada de Portugal no Eurogrupo considerou tratar-se de "um grupo informal de organização, no qual os ministros da Defesa melhor podem coordenar determinadas acções de tipo de produção de equipamento militar e de racionalização de métodos".

Quanto à racionalização que poderá vir a registar nas Forças Armadas Portuguesas, Firmino Miguel afirmou: "julgo que a curto prazo nós podemos com os nossos parceiros da Aliança Atlântica, racionalizar os nossos equipamentos e, assim, poupar algum dinheiro no âmbito das Forças Armadas Portuguesas". Por sua vez no discurso que proferiu na capital belga quanto assumiu a presidência de honra do "Conselho do Atlântico", disse que "o apego" de Portugal à NATO "nunca foi posto em dúvida". O Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu-se igualmente à entrada de Portugal no Eurogrupo e à reunião dos ministros da Defesa Nacional dos países da Aliança, "onde — sublinhou — puderam registar a nossa determinação de cooperar sem ambiguidade com os nossos parceiros atlânticos no esforço de defesa comum".

"A maioria dos que aqui estamos temos de ir procurar a nossa defesa longe das nossas fronteiras" disse Miguel referindo-se ao tratado que "é por isso que o Pacto do Atlântico nos fornece um instrumento de defesa colectiva onde a solidariedade entre aliados desempenha um papel decisivo e que permite a países pequenos como o meu sentirem-se acompanhados no quadro mais vasto da Aliança".

De uma mesa-redonda lamentável a um entendimento necessário

I — Haver ou não haver democracia

UMA DEMOCRACIA pressupõe o pluralismo partidário, já que sem partidos correspondendo à organização das diversas correntes ideológicas, a verdade tende a ser única e dogmática, o Estado monolítico, o regime político autocrático.

II — Uma mesa-redonda lamentável

Vêm as considerações acima produzidas a propósito da lamentável mesa-redonda televisiva a que os portugueses puderam assistir na resaca das eleições locais de domingo passado.

Adivinhava-se à partida o teor da mesa-redonda: apuramento de resultados, leitura dos mesmos segundo as conveniências particulares de cada um dos quatro políticos presentes, formulação de planos para o futuro.

Não se adivinharia, porém, ab initio, que esse conteúdo desse pretexto para o espectáculo de vacuidade provinciana, de disputas pessoais, de desacerdo apreciação que assinou a noite de segunda-feira.

Mário Soares reincidiu na má forma revelada na anterior aparição televisiva: cansado, com lapsos linguísticos frequentes, mal preparado, com uma superficial leitura dos resultados eleitorais, genérico em demasia ou infeliz em remosques (a notar a "gaffe" de um Primeiro-Ministro que afirma publicamente que numa parte do território nacional não existe acatamento da Constituição, em matéria de direitos e liberdades fundamentais).

Pode mesmo dizer-se que apenas este próximo do nível de "aisance" habitual na sua última intervenção, mais fluente e mais hábil na sua dimensão política. No todo, Soares/Dezembro de 76 foi uma sombra (mesmo física) de Soares/75 e inícios de 76.

Francisco Sá Carneiro começou bem — com um bom conhecimento dos resultados eleitorais, com argúcia na sua interpretação, com capacidade crítica na apreciação das palavras de Soares, chegando a desorientá-lo. O mal foi querer manter o mesmo estilo na segunda parte do programa — o que antes fora vivacidade transformou-se em

Simplesmente, os partidos em geral — ou se preferir o sistema de partidos — carecem de um mínimo de credibilidade política para poderem representar democraticamente sectores eleitorais e dos povos de que aqueles emanam.

Por outro lado, não há democracia sem que todos, mas todos os agentes políticos fundamentais (neles se incluindo os partidos) assentem num consenso acerca dos

princípios basilares que constituem as regras do jogo democrático. Podem variar no tempo e no espaço esses princípios — mas têm de existir para que se apure qual a plataforma nacional que se pretende de direito e de facto democráticas.

Normalmente essa plataforma traduz-se na Constituição. Mas, em períodos de crise económica e de acentuadas tensões

esperteza de ocasião, o que fora acutilhante começou a parecer leveza excessiva no tratamento dos temas. O resultado em que se saiu do despiques constante com Soares (falamos do resultado visível já que o invisível deverá ter sido um agravamento das relações pessoais já não famosas entre os dois "leaders" políticos) — foi o de Francisco Sá Carneiro ter perdido a ocasião única de deixar na RTP uma mensagem serena, politicamente substancial acerca das questões que efectivamente interessam (preocupam) os portugueses. Insistindo em excesso na teia dos Açores (a notar a "gaffe" da referência feita à base partidária de Alvaro Cunhal), Sá Carneiro desperdiçou na segunda parte o ensejo de fazer valer a imagem de um estadista e de uma posição alternativa a Mário Soares e ao PS. Além de que acentuou aquela sua característica peculiar: de um "leader" admirado e incontestado para as bases do seu partido, mas que suscita animosidade nas clientelas eleitorais alheias.

Alvaro Cunhal foi exactamente igual ao que sempre é (sem pôr ou retirar uma vírgula sequer). Apagado na interpretação dos resultados eleitorais (deixando mesmo a impressão de ter esperado mais, e de um certo pouco à vontade na tarefa de representar oficialmente a FEPU), depois desta ter feito questão de desvincular a sua campanha da imagem do PCP), Alvaro Cunhal disse o que tinha a dizer sobre tudo o resto.

Merece particular referência o senso que revelou ao usar o silêncio, durante os diálogos espicados entre Soares e Sá Carneiro, bem como a "colagem" subtil que, em certas ocasiões, insinuou em relação a posições do PS.

O grande triunfador da noite seria, no entanto, Diogo Freitas do Amaral, o que constitui facto tanto mais notável quanto representava um partido que era o

menos votado de todos os presentes na mesa-redonda (para além de, uma vez mais, ter ficado aquém das previsões formuladas pela maioria dos observadores políticos, com base no empenho eleitoral do CDS).

Aliás, começa a despontar no universo político português este facto singular: a separação do âmbito de repercussão da imagem política de Freitas do Amaral relativamente ao âmbito definido pela dimensão efectiva do CDS. Aquela imagem tende a ir para além dos limites partidários. Facto ocasional, derivado da exiguidade de quadros e de estruturas do CDS? Ou, mais do que isso, aposta intencional num papel relevante "maioria presidencial" do futuro?

Em qualquer caso — Freitas do Amaral foi o mais feliz. Calado, não se sujeitou às polémicas fáceis com coloração pessoal. Atento, tocou em todos os pontos que lhe convinham (da crítica da "maioria de esquerda" à desmontagem da "descentralização administrativa", da eficácia governativa aos pressupostos da política económica preconizada).

Oposicionista, preferiu a "oposição civilizada" à "oposição encantante".

Duro no ataque a Cunhal em matéria agrária, a sua melhor jogada foi, contudo, a "colagem" sistemática que fez ao PSD, em termos de bloco contra o bloco PS/PCP.

Em suma, numa mesa-redonda de nível muito discutível, Diogo Freitas do Amaral falou como se fosse o único dos presentes que

podesse servir de alternativa a Mário Soares, no cargo de Primeiro-Ministro.

Mas, para além das actuações pessoais, a mesa-redonda demonstrou duas facetas mais graves: — a despreocupação com que a maioria dos participantes omite nas suas análises o significado político da elevada percentagem de abstenções verificada no acto eleitoral do dia 12.

a falta de consenso (por razões partidárias e pessoais), que por vezes assumiu uma feição de franco desentendimento, desiludindo muitos telespectadores assistentes.

Como acima dissemos, a democracia — sobretudo em período de crise económica e social — não se compadece com o desprestígio dos partidos, com o cansaço perante o sistema partidário.

Valia a pena pensar duas vezes se os 36% de abstenções não querem dizer já um pouco de cansaço, da apatia, do amorfismo dos portugueses perante a capacidade das instituições constituídas na resolução dos seus problemas essenciais.

Como também acima dissemos, a democracia — sobretudo em tempos de estrangulamentos socio-económicos — exige que os partidos tentem pôr acima dos interesses partidários a definição e execução de uma plataforma consensual para a emergência vivida.

Valia a pena pensar duas vezes se isto foi o que sucedeu na mesa-redonda em causa, ou se, pelo contrário, não ficou patente que "os políticos se não entendem minimamente" (para usar uma expressão corrente neste povo tão pronto ao sobestatismo mais inconcebíveis).

III — Das eleições até ao entendimento necessário

Com as eleições de dia 12 encerrou-se um ciclo desgastante de consultas populares, iniciado no começo de 1976.

O Partido Socialista, embora tendo descido, como prevíamos, manteve uma projecção apreciável, tendo em conta a usura do poder, e pode continuar a dizer que pontos vitais do país urbano estão sob a sua alçada eleitoral.

Já não é o partido dominante a 38% de há um ano, mas é ainda a principal força política portuguesa.

O PSD não desceu, ao invés do que prevíamos, conseguindo até resultados superiores aos esperáveis, em presidências de câmaras municipais e em lugares de Assembleia de Freguesia. Revelou ser, de longe, a segunda força portuguesa, e dominante em largas zonas do centro e norte do continente e bem como nas ilhas.

Em termos comparados foi o partido com melhor "réussite", com o senão de um recuo importante em Lisboa.

A FEPU não constituiu a surpresa por muitos antevista, mas averbou uma percentagem apreciável, conforme aventáramos, mantendo firmes os seus bastiões, e derrotando definitivamente os GDUP's.

O CDS somou mais uns pontos, bateu a FEPU em lugares nos órgãos a eleger, embora com ligeiramente menor percentagem global de votos.

Teve exactamente a subida, ligeira por nós aqui prevista. Um facto saliente merecerá uma reflexão especial: o porquê da espectacular subida do CDS em Lisboa, (mérito da máquina, em Lisboa, ainda sem projecção análogo a nível nacional? ou antevista de um bipolarizar futuro de campos no país, bipolarizar de que Lisboa foi agora o primeiro sinal?).

Este é, a nosso ver, e em penada rápida, o retrato sucinto das eleições de há uma semana.

E agora? Agora alguma água passou já debaixo das pontas...

Nela se inseriu a abertura de mais uma frente aguda entre o PS e o PSD.

Tudo azequou na mesa-redonda da RTP, e continuou no "caso Século", e promete prosseguir no

debate e votação do Plano e do Orçamento.

E, no entanto, mais do que nunca a estabilização democrática (num país em que o partido mais votado é o dos abstencionistas, em que céleres os governantes voam para Washington a pedir o favor da rápida concretização de um empréstimo para aguentar o déficit da Balança de Pagamentos, em que, mais ou menos irritantes, as oposições amam com a sensibilidade de margaridas) — mais do que nunca a estabilização democrática exige o prestígio dos partidos e um não confronto global e sistemático entre as forças políticas que, somados, constituem 58% do eleitorado português.

É isto compatível com a sobrançeria de um governo que, tantas vezes, não tem resistido ao peccado da "mania do poder", nem evitado a evidência da ineficácia mais flagrante?

É isto compatível com a sobrançeria dos insulares (e outros) do PSD, com os humores dos seus dirigentes, do mais elevado ao mais baixo?

Se as respostas às questões anteriores forem negativas — não auguramos grande futuro político a este país.

A serem positivas, isso não postula que passem por qualquer coligação governativa — mas que passem isso sim, por relações de cooperação e entendimento em tudo aquilo em que o interesse nacional (e muito é) se deve sobrepor às rixas particularistas dos partidos.

Será ainda viável ultrapassar os fossos pessoais e políticos que tendem a fazer dos dois maiores partidos portugueses adversários crónicos, inimigos acerrados? Eis um bom tema de reflexão para todos os democratas portugueses, a começar pelos militantes e simpatizantes dos dois partidos, em causa, neste termo de 1976.

E também de reflexão para os conselheiros da Revolução, que parecem ter descoberto, segundo o último comunicado do CR, que com as eleições de dia 12 se completou a institucionalização democrática no nosso país, só restando agora garantir o funcionamento da orgânica vigente.

Senhores Conselheiros, atenção: só falta o essencial que é garantir, no dia a dia, a institucionalização democrática. E esta, muito mais do que a fríeza percentual dos votos, é a capacidade efectiva deste regime e destes partidos de mobilizarem os portugueses, em pluralismo, para a resolução dos grandes problemas nacionais.



menos votado de todos os presentes na mesa-redonda (para além de, uma vez mais, ter ficado aquém das previsões formuladas pela maioria dos observadores políticos, com base no empenho eleitoral do CDS).



A MAIS AVANÇADA TÉCNICA
AO SERVIÇO
DA SEGURANÇA RODoviÁRIA

Sepsa

GUARDAS METÁLICAS
DE PROTECÇÃO
PARA ESTRADAS E
AUTO-ESTRADAS

FORNECEDORES DO AUTODROMO DO ESTORIL
E DO CIRCUITO DE VILA DO CONDE

Sepsa SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELECTROMECÁNICAS, S.A.R.L.
TELEF. 951616 (10 LINHAS) - APART. 8 - LICA DO RAILLO - TELEX: SEPSA P 2816

CERTINA-DS

**o relógio mais forte do mundo
porquê?**

para si qual será
a melhor explicação?

— a nossa, ou a de um técnico da
sua confiança?

faça-lhe a pergunta
ele lhe revelará o porquê!

CERTINA



corda manual
corda automática
electrónico
C-Tronic
electrónico
C-Quartz

LUSTRES

Fazemos novos, repara-
mos, transformamos ao
gosto do cliente. Fábrica:
Av. 5 de Outubro,
203, r/c-Esq. (ao Cam-
po Pequeno).
VENDA AO PÚBLICO



decorama

prendas de natal
...diferentes

Banco

instalações provisórias

Rua de Camões

Banco Borges & Irmão

Novas Agências em:
PROENÇA-A-NOVA, VILA DO BISPO e VINHAIS



Um Banco nacionalizado ao serviço do País



AO SERVIÇO DO TRABALHO

